

## ÍNDICE GERAL

NOTA PRÉVIA .....	5
-------------------	---

### INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I — <b>Objecto, função e conceito do Direito Internacional Privado</b> .....	11
CAPÍTULO II — <b>Natureza e fontes</b> .....	23
CAPÍTULO III — <b>Fundamento geral do Direito Internacional Privado e principais interesses que pretende satisfazer</b> .....	31
CAPÍTULO IV — <b>O Direito Internacional Privado e domínios afins; âmbito do DIP</b> .....	45
CAPÍTULO V — <b>Direito dos estrangeiros (Princípios gerais)</b> .....	71
I — <i>Princípio geral</i> .....	73
II — <i>Pessoas colectivas estrangeiras</i> .....	81

### PARTE I

#### CONFLITOS DE LEIS

CAPÍTULO I — <b>Resumo histórico</b> .....	103
§ 1.º — <b>Origens do Direito Internacional Privado</b> .....	103
§ 2.º — <b>Fase de desenvolvimento. A teoria dos estatutos</b> .....	107
§ 3.º — <b>O século XIX e a ciência do DIP</b> .....	114
§ 4.º — <b>Evolução posterior do DIP</b> .....	128
§ 5.º — <b>Doutrina portuguesa. (Breves notas)</b> .....	134
CAPÍTULO II — <b>O método do Direito Internacional Privado</b> .....	139
§ 1.º — <b>Orientação tradicional</b> .....	139

§ 2.º – Tendência substancialista .....	147
§ 3.º – Pesquisa da melhor lei (Better Law Approach) .....	155
§ 4.º – Direito Internacional Privado Material .....	156
§ 5.º – A perspectiva do interesse do Estado. Teoria de B. Curie ...	159
§ 6.º – Conclusão .....	165
<b>CAPÍTULO III — Teoria da norma de conflitos</b> .....	169
§ 1.º – Função da regra de conflitos. Regras de conflitos bilaterais e unilaterais .....	169
§ 2.º – Estrutura da regra de conflitos. Os elementos estruturais da norma .....	178
§ 3.º – Relevância do factor tempo na actuação da regra de conflitos .....	189
<b>CAPÍTULO IV — O conceito-quadro e o problema da qualificação</b> .....	199
<b>CAPÍTULO V — Os conflitos de sistemas de Direito Intgernational Privado</b> .....	245
<b>SECÇÃO 1.ª — Diferentes abordagens do problema</b> .....	245
<b>SECÇÃO 2.ª — Do reenvio. Definição do problema</b> .....	265
§ 1.º – Teoria da referência material .....	269
§ 2.º – Teoria da referência global .....	272
I – <i>Teoria clássica (doutrina da devolução simples)</i> ....	274
II – <i>Teoria do reenvio total ou da devolução «dupla» (Foreign Court Theory)</i> .....	284
§ 3.º – Doutrina que, partindo da teoria da referência material, aceita a devolução com um alcance limitado. Reenvio e harmonia jurídica internacional .....	287
§ 4.º – O reenvio oculto .....	297
§ 5.º – Conclusões .....	299
<b>SECÇÃO 3.ª — Da questão Prévia</b> .....	320
<b>SECÇÃO 4.ª — O Princípio da Maior Proximidade</b> .....	355
<b>SECÇÃO 5.ª — O conflito positivo de sistemas de direito internacional privado e o princípio do reconhecimento das situações jurídicas criadas no estrangeiro</b> .....	362

CAPÍTULO VI — Referência da norma de conflitos a um ordenamento jurídico plurilegislativo .....	399
CAPÍTULO VII — Da ordem pública internacional .....	405
CAPÍTULO VIII — Da fraude à lei em DIP .....	421
CAPÍTULO IX — Da aplicação do direito estrangeiro .....	427

## PARTE II

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL

CAPÍTULO I — <i>Competência Internacional. Direito português comum</i> .....	439
CAPÍTULO II — <i>O reconhecimento e a execução das sentenças estrangeiras sobre direitos privados — Direito português comum</i> .....	453
<i>Fundamento do instituto do reconhecimento das sentenças estrangeiras</i> .....	460
<i>Sistemas seguidos quanto ao reconhecimento das sentenças provenientes de países estrangeiros</i> .....	462
<i>Condições de confirmação das sentenças estrangeiras</i> .....	476
CAPÍTULO III — <b>Direito convencional</b> .....	485
SECCÃO I — <b>Competência internacional</b> .....	485
§ 1.º — <i>Convenção de Bruxelas de 1968 sobre Competência Judiciária e Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial</i> .....	485
§ 2.º — <i>Convenção de Lugano de 1988 sobre Competência Judiciária e Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial</i> .....	493
SECCÃO II — <b>Reconhecimento e execução das decisões judiciais</b> ....	495
§ 1.º — <i>Convenção de Bruxelas de 1968 sobre Competência Judiciária e Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial</i> .....	495

§ 2.º – <i>Convenção de Lugano de 1988 sobre Competência Judiciária e Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial</i> .....	499
BIBLIOGRAFIA GERAL .....	
DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO – ESTRANGEIRA	501
ÍNDICE-SUMÁRIO .....	505